



Funcionário monitora câmeras de sala-cofre do Planalto, que custou R\$ 4 milhões e, sob forte esquema de segurança, pode ser ativada por apenas cinco pessoas no país Pág. A4



Video monitora a sala-cofre, no anexo 3 do Palácio do Planalto; para chegar ao local, passa-se por seis níveis de segurança

Governo inaugura sala-cofre no palácio

Local, no Planalto, abriga aparelho que dá segurança a todo o sistema bancário-financeiro do país

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em tempos de arapongas bisbilhotando a vida de altas autoridades do governo, o Palácio do Planalto inaugura, daqui a dez dias, uma sala-cofre secreta.

O local fica escondido no anexo 3 do palácio. Visto de fora, parece mais um setor administrativo. Mas, após passar por seis níveis de segurança, chega-se à sala-cofre. Lá está um pequeno hardware criptográfico (HSM), do tamanho de um videocassete, onde fica a chave-privada da ICP-Brasil, a auditoria do sistema nacional de certificação digital. Só é possível chegar ao com-

putador após passar por dois guardas armados, 16 câmeras de vídeo e identificações —cartão magnético, digitais e íris.

É esse aparelho que dá segurança ao sistema bancário-financeiro, ao comércio eletrônico e às transações das pessoas com os bancos, por exemplo. Permite que as assinaturas eletrônicas do presidente, ministros e secretários-executivos tenham validade jurídica.

Para entrar no ar, o sistema de pagamentos brasileiro tem de ler, a cada 28 dias, a LCR (Lista de Certificados Revogados), que é emitida por esse computador. Apenas cinco pessoas em todo

o país podem atear a máquina, o que só ocorre na presença de, pelo menos, três delas. São quatro civis e um militar. Os corredores de acesso à sala-cofre, no nível seis de segurança, lembram filmes do agente 007. Os computadores monitoram até a movimentação das pessoas por meio da temperatura nos ambientes.

A sala-cofre agüentaria o impacto de um choque como o de 11 de setembro nas torres gêmeas de Nova York e temperaturas de até 1.000 graus, por duas horas, segundo a gerente do local, Clarissa Pinto da Luz. Além dela, trabalham lá mais quatro pessoas. "As pessoas usam, mas

não sabem da existência", disse o diretor-presidente do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), Sérgio Amadeu.

Antes, esse computador ficava no Rio de Janeiro. Em Brasília, o local começou a ser formulado em 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso. O custo é de cerca R\$4 milhões.

"É uma coisa tão singela e na qual está pendurado o sistema de pagamento e 'work-flow' do governo federal. É como se guardássemos toneladas de ouro aí", disse Renato da Silveira Martini, diretor de Infra-Estrutura de Chaves Públicas.

(JULIA DUARTE)